

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

# Greve divide docentes

PROFESSORES tomaram ontem atitudes diversas perante o Ministério da Educação, conforme as federações sindicais em que estão filiados, já que a afecta à CGTP marcava uma greve de dois dias, em 26 e 27 de Março, acusando o MEC de «falta de diálogo», enquanto a estrutura ligada à UGT reunia com o ministro e anunciava um acordo quanto à solução de alguns problemas.

A posição da Fenprof foi revelada em conferência de Imprensa, durante a qual António Teodoro acusou o MEC de não estar «interessado numa política de diálogo e negociação», anunciando diversas acções de luta e contactos com órgãos de soberania, que culminarão com a greve, envolvendo cerca de 100 mil professores. Segundo aquele sindicalista, diversos problemas dos professores aguardam resposta do MEC, entre os quais os relacionados com a formação, estabilidade no emprego e quadros dos ensinos pré-primário e primário.

Por sua vez, Manuela Teixeira, dirigente da FNSP, disse aos jornalistas, após uma reunião com o ministro da Educação, que aquela estrutura sindical conseguiu «dois importantes consensos», quanto à formação de professores e à efectivação, em nomeação provisória, de 15 mil professores dos ensinos preparatório e secundário. Por seu turno, o ministro, comentando as relações com a Fenprof, afirmou que «fazer greves é a forma de não resolver os problemas».

O SECULO P 20

### Greve geral em Março

A Federação Nacional de Professores (Fenprof) convocou uma greve geral para 26 e 27 de Março, na tentativa de forçar o Ministério da Educação ao diálogo.

O secretário-geral, António Teodoro, disse que a Fenprof pediu uma audiência ao ministro João de Deus Pinheiro em finais de Novembro do ano passado e «até agora não foi recebida qualquer resposta».

A Fenprof engloba sindicatos de todas as regiões do continente, Madeira e Açores, e dos professores de português no estrangeiro.

# Fenprof marca greve de docentes e FNSP alcança acordo com ministro

• João de Deus Pinheiro critica sindicatos afectos à CGTP

A Federação Nacional dos Professores, afecta à CGTP, marcou uma greve de 48 horas, para os dias 26 e 27 de Março, acusando o Ministério da Educação de desinteresse pelo diálogo e pela negociação, enquanto outra organização, a Federação Nacional dos Sindicatos dos Professores, da UGT, anunciava, à saída de uma reunião com o ministro, ter alcançado «dois importantes consensos» na área de formação e efectividade de serviço de docentes.

O SECRETARIADO da Federação Nacional dos Professores (Fenprof) anunciou a greve no decorrer de uma conferência de Imprensa, em que António Teodoro, secretário-geral daquela organização, acusou o Ministério de preferir «o sistema de navegação à vista, em vez de optar por uma política que resolvesse os problemas estruturais do sector».

Aquele sindicalista justificou a marcação da greve pela «recusa de diálogo do ministro com os professores», adiantando que «o silêncio do MEC demonstra que não está interessado numa política de diálogo e de negociação». A greve, segundo António Teodoro, culminará outras acções e envolverá a participação de cerca de 100 mil professores.

Os principais pontos que aquela estrutura representativa dos professores pretende ver resolvidos integram um caderno de propostas de negociação, do qual se destaca o estatuto da carreira docente.

António Teodoro enumerou as matérias que aguardam resposta, «algumas há meses», no MEC: a regulamentação dos impostos profissional e complementar, o acesso às 5.ª e 6.ª fases pelos professores que se reformam ou se reformaram entre 1 de Janeiro de 1986 e 1



António Teodoro da Fenprof (ao centro) anunciou acções de sensibilização da opinião pública. Para além da greve nacional e reuniões sindicais, está prevista a realização de um cordão humano

de Janeiro de 1988, a ultrapassagem da situação vivida pelos professores do preparatório e secundário que fazem formação em serviço.

Neste último ponto, o Fenprof recordou as dificuldades que estão a sentir milhares de docentes perante a avalanche de novos professores com formação superior.

A estrutura sindical defende ainda a abertura de quadros e a estabilidade de emprego para os professores provisórios do preparatório e do secundário, bem como a criação dos quadros regionais do ensino primário e dos educadores de infância. Portugal possui cerca de dois mil formados como educadores de infância, nos quais o Estado investiu mas que se encontram no desemprego, e 12 mil professores do ensino primário, com formação, que esperam a criação dos quadros regionais, recordou António Teodoro.

António Teodoro relembrou, também, a questão das reformas dos professores do ensino particular e cooperativo, os in-

centivos à fixação na periferia e subsídios aos professores deslocados, a gestão democrática das escolas e, ainda, a formação inicial dos professores.

### Reunião positiva no MEC

A formação de professores, a garantia de estabilidade dos que, na profissão, têm «habilitação própria» e a análise da situação dos docentes do ensino politécnico foram os temas tratados na reunião de trabalho entre a Federação Nacional dos Sindicatos dos Professores, afecta à UGT, e o ministro da Educação, João de Deus Pinheiro.

Segundo Manuela Teixeira, dirigente da FNSP, em princípio chegou-se a «dois importantes consensos». Concretamente em relação à questão da formação dos professores, ter-se-ia verificado «um acordo, mas continua a haver vários entorses», adiantou.

Por outro lado, disse a responsável sindical desta Federação de professores, o Ministério da Educação aceitou reunir

com o Conselho Consultivo da Formação de Professores, existindo mesmo a expectativa de se conseguir «a eliminação do exame final», neste domínio.

O acordo estabelecido ontem entre o Ministério da Educação — também representado pelo secretário de Estado da Administração Escolar, Simões Alberto — e a FNSP prevê que «15 mil professores do ensino preparatório e secundário vão ser efectivos», anunciou Manuela Teixeira, acrescentando que aqueles «não devem ser ultrapassados pelos novos professores», no que se pretende contribuir também «para melhorar a qualidade do ensino».

Por sua vez, o ministro da Educação e Cultura, após sublinhar que «estas reuniões têm sempre resultados positivos, quando há vontade de chegar a acordo, de forma construtiva», referiu-se ao problema da maior «estabilidade na carreira», designadamente no que respeita aos 15 mil professores em questão, permitindo-lhes entrar num «quadro de efectivos de nomeação provisória».

João de Deus Pinheiro abordou ainda o diferendo com a Federação Nacional dos Professores — Fenprof —, comentando que «fazer greves é a forma de não resolver os problemas». Aquela Federação sindical, acrescentou, tem sido recebida pelo Ministério da Educação, nomeadamente por secretários de Estado.

«Agora não existe nada na lei que obrigue o ministro em pessoa a receber quem quer seja», acrescentou o governante, que concretizou: «Não estou disposto a fazer propostas sucessivas a que a Fenprof responde pelos jornais.»

Assim, a eventual dualidade de critérios, ao receber a FNSP e não receber a Fenprof, foi justificada pelo facto de a primeira, na sua opinião, apresentar propostas tecnicamente fundamentadas, enquanto as da segunda «são propostas fracas, são slogans...». O ministro, a este propósito, disse agir desta forma por preferir «propostas construtivas a títulos de jornais».

Conflito - Professores